



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO

AVENIDA VIRGÍLIO PEREIRA, Nº 231 – CENTRO
CEP: 12830-000 TEL. (12) 3117-1288
CNPJ: 45.200.623/0001-46



Ofício Especial, de 14 de janeiro de 2026.
Do Gabinete do Chefe do Poder Executivo.

São José do Barreiro, 14 de janeiro de 2026.

Senhor Presidente do Poder Legislativo,

Inicialmente gostaria de cumprimentá-lo pelos trabalhos realizados junto ao Poder Legislativo. No mais, venho pelo presente, respeitosamente, apresentá-lo o seguinte projeto para deliberação do plenário da Câmara Municipal, em **REGIME DE URGÊNCIA**, bem como requer a realização de **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, nos termos do art. 28, §1 da Lei Orgânica, conforme requerimento anexo:

a) Projeto de Lei Ordinária nº. 01, de 07 de janeiro de 2026:
DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Certo de poder contar com a atenção dos nobres senhores, antecipo meus agradecimentos.

LUIS EDUARDO
SANTOS
RIBEIRO:35074713889

Assinado de forma digital por
LUIS EDUARDO SANTOS
RIBEIRO:35 9
Dados: 2026.01.14 18:22:52
-03'00'

LUIS EDUARDO SANTOS RIBEIRO
Prefeito Municipal

À Câmara Municipal da Estância Turística de São José do Barreiro.

Ao Presidente do Poder Legislativo

Vereador Daniel Correia Braga.



Mário Jorge da S. Franco
Assistente Legislativo II

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO – ESTADO DE SÃO PAULO, REQUEREMOS, a Vossa Excelência, nos termos do art. 112, inciso IV do Regimento Interno deste Poder Legislativo, a tramitação em **REGIME DE URGÊNCIA** da seguinte proposição:

a) Projeto de Lei Ordinária nº. 01, de 07 de janeiro de 2026:
DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

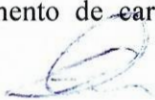
Justificativa:

Submeto à elevada apreciação dessa egrégia Câmara Municipal o incluso **Projeto de Lei Ordinária nº. 01, de 07 de janeiro de 2026**, que **DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.

A proposição tem por finalidade regulamentar, no âmbito do Município de São José do Barreiro, as hipóteses, condições, prazos e procedimentos para a contratação temporária de servidores, conferindo segurança jurídica, transparência administrativa e observância aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A Constituição Federal autoriza expressamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público, desde que precedida de lei específica que discipline de forma objetiva as hipóteses autorizadoras, os limites temporais e os critérios de contratação, o que se busca concretizar com a presente norma.

O Município, como ente responsável pela prestação de serviços públicos essenciais, especialmente nas áreas da Saúde, Educação, Obras e Defesa Civil, enfrenta situações excepcionais e imprevisíveis, tais como calamidades públicas, surtos epidêmicos, afastamentos temporários de servidores efetivos, implantação de programas governamentais e aumento súbito da demanda por serviços públicos, que não permitem aguardar o regular provimento de cargos por concurso público, sob pena de prejuízo à coletividade.



Nesse contexto, a Lei estabelece de forma clara as hipóteses taxativas que autorizam a contratação temporária, a exigência de processo seletivo simplificado, com ampla divulgação, como regra geral, os prazos máximos de contratação e prorrogação, vedando a perpetuação do vínculo precário, a vinculação ao Regime Geral de Previdência Social, a observância dos padrões remuneratórios do Município ou do mercado local, quando inexistentes, e a submissão dos contratados aos mesmos deveres, proibições e regime de responsabilidade aplicáveis aos servidores efetivos.

Ressalta-se que a norma veda expressamente a contratação temporária quando houver concurso público válido com candidatos aprovados aguardando convocação, reforçando o caráter excepcional da medida e preservando o princípio do concurso público como regra geral de ingresso no serviço público.

Dessa forma, a presente Lei atende ao interesse público, assegura a regularidade das contratações temporárias e previne passivos administrativos e judiciais decorrentes da ausência de regulamentação específica, além do que traz nova roupagem a antiga lei que regulamenta de forma precária as hipóteses de contratações temporárias pelo município.

Diante do exposto, por se tratar de matéria de relevante interesse público, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação desta Casa Legislativa, confiantes em sua aprovação.

Assim sendo, conto, mais uma vez, com o valoroso apoio dos Nobres Edis para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sem mais, despeço-me com votos de estima e consideração.

São José do Barreiro, 14 de janeiro de 2026.

Atenciosamente,

LUIS EDUARDO SANTOS RIBEIRO

Prefeito Municipal

À Câmara Municipal do Município de São José do Barreiro.

Ao Presidente do Poder Legislativo.

Vereador Daniel Correa Braga.